

PROVA PARA OS CARGOS DE JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES REMUNERADOS DA COMARCA DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ.

Dia 10 de novembro de 2015. Início da prova às 13:00 horas.

Marque apenas uma alternativa correta. Algumas questões apresentam 5 alternativas como resposta. Outras, apresentam apenas 4. Escolha apenas uma resposta como correta.

Questões sobre o Juizado Especial

1. Sobre os Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

a) pode figurar como parte do processo o menor absolutamente incapaz, desde que representado por um dos pais ou pelo tutor;

b) são admissíveis apenas as modalidades voluntárias de intervenção de terceiro;

c) é admissível a reconvenção, desde que tenha por objeto pedido relativo a quantia não excedente a quarenta vezes o salário mínimo;

d) os recursos, em regra, têm efeitos devolutivo e suspensivo;

e) a incompetência territorial dá azo à extinção do feito sem resolução do mérito.

2. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim considerada:

a) a causa de natureza alimentar até três salários-mínimos.

b) a ação de despejo para uso próprio.

c) a ação relativa a acidente de trabalho cujo valor não exceda a vinte vezes o salário-mínimo.

d) a ação possessória sobre bens imóveis de qualquer valor.

e) a causa cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo.

3. No que se refere à intervenção do advogado nos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

a) nas causas de valor superior a cinco vezes o salário-mínimo, a assistência de advogado é obrigatória.

b) nas causas de valor até dez salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

c) nas causas de valor até vinte salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

d) não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio da informalidade.

e) não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio do acesso à justiça.

4. Examine os enunciados seguintes, relativos aos processos em curso nos Juizados Especiais Cíveis:

I. Em razão do princípio da celeridade, poderá ser realizada citação por edital ou por hora certa, mas o comparecimento espontâneo do réu suprirá a falta ou a nulidade do ato citatório.

II. Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

III. Na execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente; em tal audiência buscar-se-á o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e II.

b) II e III.

c) I e III.

d) I.

e) II.

5. No que diz respeito aos atos processuais praticados perante o Juizado Especial Cível, assinale a alternativa correta.

a) Não serão declarados nulos sem que tenha havido prejuízo, sendo válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.

b) Todos serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.

c) Serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária, exceto os relativos exclusivamente ao estado da pessoa, que correrão em segredo de justiça.

d) Não poderá ser solicitada a prática de atos processuais em outra Comarca, exceto se se tratar de perícia técnica.

e) Nenhum ato processual essencial será praticado sem a presença de advogado.

6. Em relação aos juizados especiais cíveis, é correto afirmar:

a) os maiores e capazes poderão ser autores, independentemente de

assistência por advogado, salvo para fins de conciliação, quando a assistência advocatícia é obrigatória

b) dadas sua menor complexidade e competência específica, não existe intervenção do Ministério Público nas causas nele em curso.

c) o mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.

d) nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

e) admitir-se-á como forma de intervenção de terceiro somente a denunciação da lide, vedada a assistência litisconsórcio.

7. Com relação aos Juizados Especiais, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. Diante dos Princípios norteadores dos Juizados Especiais, desnecessária se faz a presença das condições da ação em processo que tramita neste sistema, não acarretando a extinção sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 267, VI do CPC.

II. Nos casos em que o valor do suposto crédito perseguido supera o teto do Juizado Especial, mas não tenha qualquer

outra causa que o exclua pela Lei nº 9099/95, nem haja necessidade de produção de prova complexa pode o autor optar pelo Juizado Especial, caso renuncie o valor excedente aos 40 Salários Mínimos.

III. Em caso de ser reconhecida a incompetência territorial em processo que tramita frente aos Juizados Especiais, extingue-se o feito sem julgamento do mérito.

IV. A interposição de Embargos de Declaração interrompem o prazo para recurso, desconsiderando o tempo já decorrido entre a publicação da sentença embargada e a intimação da decisão dos embargos de declaratórios.

a) Somente as proposições I e II estão corretas.

b) Somente a proposição I está correta.

c) Somente as proposições II e III estão corretas.

d) Somente as proposições III e IV estão corretas.

8. Com base no disposto na Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta a respeito dos juizados especiais cíveis.

a) Os conciliadores e os juízes leigos são auxiliares da justiça recrutados, respectivamente, entre os bacharéis em direito e entre advogados com mais de dez anos de experiência.

b) As ações possessórias não se incluem entre as competências dos juizados especiais, uma vez que a complexidade desse tipo de ação é incompatível com o rito célere desses juizados.

c) As causas relativas ao estado e à capacidade das pessoas só serão processadas e julgadas nos juizados especiais se forem de cunho meramente patrimonial.

d) Excetuada a hipótese de conciliação, a opção pelo procedimento dos juizados especiais importará em renúncia ao crédito excedente ao valor de quarenta vezes o salário mínimo.

e) Em se tratando de ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente para as causas dos juizados especiais o juizado do foro do domicílio do réu.

Questões sobre Enunciados do FONAJE

9. Segundo os enunciados do Fonaje, é incorreto afirmar:

a) A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.

b) Não é necessária a presença do juiz togado ou leigo na Sessão de Conciliação, nem a do juiz togado na audiência de instrução conduzida por juiz leigo.

c) O condomínio residencial poderá propor ação no Juizado Especial, nas hipóteses do art. 275, inciso II, item b, do Código de Processo Civil.

d) A contestação poderá ser apresentada até a audiência de Instrução e Julgamento.

e) Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da juntada da intimação aos autos.

10. É incorreto afirmar:

a) Os bens que guarnecem a residência do devedor, desde que não essenciais a habitabilidade, são penhoráveis.

b) O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.

c) São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis

d) Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, não poderá haver a condenação em custas.

e) É dispensável a expedição de carta precatória nos Juizados Especiais Cíveis, cumprindo-se os atos nas demais comarcas, mediante via postal, por ofício do Juiz, fax, telefone ou qualquer outro meio idôneo de comunicação.

Questões sobre Direito Processual Civil

11. A competência:

- a) em razão do valor e do território, poderá modificar-se pela conexão ou continência.
 - b) em razão da matéria é derogável por convenção das partes, se disponível o direito sobre o qual se litiga.
 - c) não pode em nenhuma hipótese ser declinada de ofício pelo juiz, se relativa.
 - d) territorial diz respeito ao valor e à matéria.
 - e) não se prorroga, tratando-se de questão cogente e indisponível.
-

12. Assinale a alternativa correta, considerando as disposições legais, bem como a doutrina e a jurisprudência prevalentes, na questão a seguir:

Visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual:

- a) não é admissível ação declaratória.
 - b) é admissível ação declaratória.
 - c) deve ser ajuizado mandado de injunção.
 - d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.
-

13. O preparo deve ser comprovado no ato de interposição do recurso. Se este se der em momento diverso, dar-se-á:

- a) preclusão consumativa.
 - b) prescrição.
 - c) decadência.
 - d) perempção.
 - e) preclusão lógica.
-

14. A proibição de exigir em juízo dívida de jogo ocasionará:

- a) a extinção do feito sem a análise de mérito.
 - b) o julgamento conforme o estado do processo.
 - c) o julgamento antecipado da lide.
 - d) a improcedência da ação.
-

15. O fenômeno processual, identificado como a morte da ação em decorrência de ter havido três extinções de processos iguais por abandono, denomina-se:

- a) Inépcia.
 - b) Preclusão.
 - c) Perempção.
 - d) Coisa Julgada.
 - e) Carência da ação.
-

16. Pode-se conceder a tutela antecipada quando:

- a) ocorrerem indícios do direito do autor.
- b) se procure assegurar o resultado prático do processo.
- c) for hipótese de julgamento antecipado.
- d) existam verossimilhança da alegação e prova inequívoca em favor do autor.

e) o juiz, de ofício, verificar abuso de direito de defesa do réu.

17. As provas apuradas pelo juízo de experiência são designadas de presunções:

- a) indiciárias.
 - b) comuns.
 - c) erísticas.
 - d) legais
 - e) fictas.
-

18. Assinale a alternativa correta:

- a) O juiz deve indeferir o pedido de produção de prova testemunhal quando já houver prova documental apta a provar a (in) veracidade da alegação de fato feita pela parte.
 - b) não é lícito à parte inocente provar com testemunhas nos contratos em geral, os vícios de consentimento.
 - c) as declarações constantes em documentos particular geram presunção absoluta de veracidade em relação aos signatários.
 - d) dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal absoluta de existência ou de veracidade.
-

19. O poder instrutório do Juiz no processo civil:

- a) depende de requerimento e iniciativa da parte exclusivamente.

b) é restrito à prova de fatos afirmados por uma parte e condessados pela parte contrária.

c) é limitado à prova de fatos a cujo favor milita presunção legal de existência e de veracidade.

d) está adstrito à prova de fatos admitidos, no processo, como incontroversos.

e) é amplo, cabendo-lhe determinar de ofício as provas necessárias à instrução do processo.

20. A petição inicial não será imediatamente extinta quando:

- a) lhe faltar pedido ou causa de pedir.
- b) a parte for manifestamente ilegítima.
- c) o autor carecer de interesse processual.
- d) o tipo de procedimento, escolhido pelo autor, não corresponder à natureza da causa, ou ao valor da ação.
- e) o pedido for juridicamente impossível.

Questões de Direito Constitucional

21. A atual Constituição Federal Brasileira:

- a) é fixa.
 - b) é rígida.
 - c) é flexível.
 - d) é semi-rígida.
-

22. Na forma de redação do texto constitucional, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito tem como princípios fundamentais, exceto:

- a) a soberania.
- b) a cidadania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) a saúde e a segurança.

23. Pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade em face da Constituição Federal:

- a) as leis e atos normativos federais, estaduais, distritais e municipais.
- b) apenas as leis e atos normativos federais, estaduais e distritais.
- c) tão-somente as leis e atos normativos federais e estaduais.
- d) exclusivamente as leis e atos normativos federais.
- e) exclusivamente os atos normativos municipais.

24. Quanto ao controle de constitucionalidade incidental, é correto afirmar que:

- a) a sentença prolatada produz efeito *inter partes*, a legitimidade ativa é plural,

e o controle somente admite o método difuso.

- b) a sua sentença terá sempre efeitos *ex nunc*.

- c) equivale ao sistema concentrado de controle.

- d) não se vincula a uma ação principal referente ao mérito da questão discutida em juízo.

- e) sua legitimação ativa é idêntica à da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

25. De acordo com a Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- a) senador federal.
- b) carreira consular.
- c) presidente do Banco Central do Brasil.
- d) ministro do Superior tribunal de Justiça.
- e) presidente da mesa do Congresso Nacional.

Questões de Direito Civil

26. O princípio pelo qual a liberdade contratual deverá estar voltada à solidariedade, à justiça social, à livre iniciativa, ao progresso social, à livre circulação de bens e serviços, à produção de riquezas, aos valores sociais, econômicos e morais, é o:

- a) do consensualismo.
- b) do equilíbrio contratual.

- c) da relatividade dos efeitos do negócio jurídico contratual.
 - d) da função social do contrato.
 - e) da boa-fé objetiva.
-

27. A fiança dar-se-á por escrito e não se admite interpretação extensiva:

- a) e, sendo o fiador casado, sob qualquer regime de bens, depende da anuência do cônjuge.
 - b) mas, não sendo limitada, compreenderá todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais, desde a citação do fiador.
 - c) entretanto, decorre de lei a solidariedade existente entre o fiador e o devedor principal.
 - d) não podendo também ser estipulada sem o consentimento do devedor ou contra sua vontade.
 - e) e em nenhuma hipótese será suscetível de fiança a obrigação nula.
-

28. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e acusar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete:

- a) ato falho.
 - b) ato ilícito.
 - c) ato impróprio.
 - d) ato decisório.
 - e) ato legal.
-

29. A obrigação de reparar dano, independentemente de culpa, é denominada responsabilidade civil:

- a) completa.
 - b) subjetiva.
 - c) objetiva-subjetiva.
 - d) objetiva.
-

30. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o Código Civil adota como regra a responsabilidade civil subjetiva.
 - b) o chamado “dano remoto” não é indenizável.
 - c) a responsabilidade civil do incapaz é subsidiária e a indenização correspondente é equitativa.
 - d) a responsabilidade civil do curador, tutor e dos pais em razão de atos praticados, respectivamente, pelos curatelados, pupilos e filhos menores, restringe-se aos danos materiais por estes causados a terceiros.
 - e) a indenização por dano moral prescinde da comprovação do dano material.
-

31. Em relação à posse, assinale a alternativa correta:

- a) a posse nascida justa pode tornar-se injusta, especialmente no que se refere ao vício da precariedade.
- b) a posse do locatário e a do comodatário são consideradas posses precárias.

c) a posse nascida injusta não poderá se converter em posse justa.

d) a posse adquirida por ameaça, para ser considerada injusta, exige prévio ajuizamento de ação anulatória do ato, por vício do consentimento.

32. O Código Civil considera direito real o(a):

a) arresto.

b) contrato de locação registrado em cartório.

c) hipoteca.

d) penhora.

Questões de Direito do Consumidor

33. Para fins de aplicação do regime jurídico do CDC, é incorreto afirmar:

a) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

b) consumidor é somente pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

c) a coletividade de pessoa, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo, é consumidora.

d) a pessoa física ou jurídica de direito público, que desenvolve atividade de produção, montagem e transformação de produtos ou prestação de serviços é fornecedora.

e) produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

34. Assinale a opção correta com base no entendimento sumulado pelo STJ a respeito da aplicação do CDC no que se refere a fornecedor e práticas abusivas:

a) O CDC não é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes.

b) o CDC não se aplica aos contratos de plano de saúde.

c) nos contratos bancários, é possível ao julgador conhecer de ofício a abusividade das cláusulas.

d) nos contratos bancários posteriores ao CDC, incide a multa moratória nele prevista.

e) não é abusiva cláusula contratual de plano de saúde que limite o tempo a internação hospitalar do segurado.

35. Assinale a alternativa que representa os ditames do Direito consumerista em vigor.

a) os entes despersonalizados que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços também são considerados fornecedores.

b) a massa falida, por ser ente despersonalizado, não se enquadra no conceito legal de fornecedor.

c) uma grande e próspera multinacional, ao adquirir produtos e serviços, não pode ser considerada consumidora, ainda que a aquisição seja na condição de destinatário final, porquanto lhe falta o requisito da hipossuficiência econômica.

d) produto é qualquer em móvel ou imóvel, desde que corpóreo.

e) equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, desde que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

36. No sistema que tutela o consumidor, é correto afirmar que:

a) é garantido o direito de modificação ou de revisão das cláusulas contratuais.

b) a reparação dos danos materiais e morais é limitada de acordo com leis especiais reguladoras de setores das relações de consumo.

c) os serviços públicos são excluídos da tutela, por serem objeto de leis próprias.

d) o ônus probatório será sempre invertido em benefício do consumidor, por sua presumida hipossuficiência.

e) e o acesso ao Judiciário é sempre gratuito aos consumidores.

37. Sobre a inversão do ônus probatório, é correto afirmar que:

a) é garantia consumerista no processo cível desde que demonstrados os elementos básicos que caracterizem uma relação jurídica de consumo.

b) é obrigatória no curso da ação indenizatória por fato do produto ou do serviço.

c) pode ser negada caso o consumidor não comprove sua vulnerabilidade e o *fumus boni iuris* do caso.

d) tem sua concessão adstrita à demonstração de hipossuficiência ou verossimilhança das alegações do consumidor, segundo as regras ordinárias de experiência.

e) deve ser arguida em matéria de preliminar, no processo cível, quando preenchidos os pressupostos para sua concessão.

38. Sobre o ato jurídico perfeito, aponte a(s) afirmativa(s) correta(s):

I. O Código de Defesa do Consumidor, aplica-se aos contratos bancários anteriores à sua vigência.

II. Não viola a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a aplicação de normas legais posteriores à celebração dos contratos que legitimam o Ministério Público para o ajuizamento de ação civil pública.

III. A garantia constitucional do ato jurídico perfeito não exclui a possibilidade de revisão judicial do contrato, para evitar enriquecimento sem causa.

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) Nenhuma.

39. Em relação aos direitos do consumidor é incorreto afirmar que:

- a) a informação acerca de produtos e serviços constitui direito básico do consumidor.
- b) a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, para facilitação de sua defesa em juízo, é peremptória, devendo sempre ocorrer.

c) deve haver a proteção contra publicidade enganosa.

d) é defeso ao fornecedor aumentar os preços de produtos ou serviços sem justa causa.

e) há conhecimento legal da hipossuficiência do consumidor, nas relações de consumo.

40. Na hipótese de dano causado ao consumidor por defeito de fabricação de veículo importado, a responsabilidade pela sua reparação:

- a) depende da existência de culpa.
- b) é do comerciante, em primeira intenção.
- c) é exclusiva do importador do veículo.
- d) é do fabricante estrangeiro e do importador nacional em caráter solidário.
- e) é exclusiva do fabricante estrangeiro.

GABARITO

1 -	2 -	3 -	4 -	5 -	6 -	7 -	8 -	9 -	10 -
11 -	12 -	13 -	14 -	15 -	16 -	17 -	18 -	19 -	20 -
21 -	22 -	23 -	24 -	25 -	26 -	27 -	28 -	29 -	30 -
31 -	32 -	33 -	34 -	35 -	36 -	37 -	38 -	39 -	40 -

Boa sorte!

GABARITO

1ª anulação

1 - Ee	2 - Ex	3 - Ce	4 - Be	5 - Ae	6 - De	7 - Ce	8 - De	9 - Ee	10 - De
11 - Ae	12 - Be	13 - Ae	14 - Ae	15 - Ce	16 - De	17 - Be	18 - Ae	19 - Ee	20 - Ax
21 - Ex	22 - Ee	23 - Ax	24 - Ae	25 - Ee	26 - De	27 - Be	28 - Be	29 - De	30 - Bx
31 - Ae	32 - Dx	33 - Be	34 - De	35 - Ae	36 - Ae	37 - De	38 - Dx	39 - Be	40 - De

2ª anulação

- MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA ANZOLIN

Boa sorte!

GABARITO

Handwritten signature

1 - Ee	2 - Ex	3 - Cc	4 - Bc	5 - Ae	6 - Dc	7 - Cc	8 - Dc	9 - Ee	10 - Dc
11 - Ex	12 - Bc	13 - Ae	14 - Ae	15 - Cc	16 - Dc	17 - Bc	18 - Cx	19 - Ee	20 - Dc
21 - Bc	22 - Ee	23 - Ax	24 - Cx	25 - Ee	26 - Dc	27 - Cx	28 - Bc	29 - Dc	30 - Ex
31 - Ac	32 - Cc	33 - Bc	34 - Dc	35 - Ae	36 - Ac	37 - Dc	38 - Dx	39 - B	40 - Dc

Jessica Guaitaneli Ribeiro

Boa sorte!

GABARITO

1 - E	2 - B	3 - C	4 - E	5 - A	6 - D	7 - C	8 - D	9 - D	10 - D
11 - E	12 - B	13 - E	14 - B	15 - C	16 - D	17 - B	18 - C	19 - C	20 - D
21 - D	22 - A	23 - C	24 - C	25 - B	26 - D	27 - D	28 - B	29 - D	30 - B
31 - B	32 - C	33 - A	34 - D	35 - A	36 - A	37 - D	38 - C	39 - B	40 - D

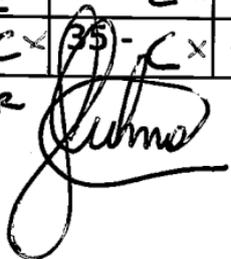
Ludmila das Graças Gomes Medeiros Bezerra

Boa sorte!

GABARITO

1 - E e	2 - B e	3 - C e	4 - B e	5 - A e	6 - D e	7 - C e	8 - B x	9 - E e	10 - C x
11 - C x	12 - B e	13 - A e	14 - D x	15 - E x	16 - D e	17 - B e	18 - A e	19 - E e	20 - D e
21 - D x	22 - B x	23 - C x	24 - E x	25 - E e	26 - D e	27 - E x	28 - B e	29 - D e	30 - C x
31 - C x	32 - C e	33 - B e	34 - C x	35 - C x	36 - C x	37 - C x	38 - C	39 - B	40 - D e

ESPOM RENE UHNO FINGER



Boa sorte!